

Ciência da informação e uso metodológico da etnografia

Bufrem, Leilah Santiago; Santos, Sandra de Fátima

Veröffentlichungsversion / Published Version
Zeitschriftenartikel / journal article

Empfohlene Zitierung / Suggested Citation:

Bufrem, L. S., & Santos, S. d. F. (2009). Ciência da informação e uso metodológico da etnografia. *ETD - Educação Temática Digital*, 11(1), 148-174. <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-71061>

Nutzungsbedingungen:

Dieser Text wird unter einer Free Digital Peer Publishing Licence zur Verfügung gestellt. Nähere Auskünfte zu den DiPP-Lizenzen finden Sie hier:
<http://www.dipp.nrw.de/lizenzen/dppl/service/dppl/>

Terms of use:

This document is made available under a Free Digital Peer Publishing Licence. For more Information see:
<http://www.dipp.nrw.de/lizenzen/dppl/service/dppl/>

Ciência da informação e uso metodológico da etnografia¹

Leilah Santiago Bufrem
Sandra de Fátima Santos

RESUMO

Analisa a aplicabilidade e uso da etnografia como metodologia para explorar a pesquisa na área da Ciência da Informação. Como pesquisa teórica objetiva resgatar na literatura da área, o reconhecimento da etnografia como forma metodológica na construção científica, a partir de reflexões sobre este método de pesquisa no reconhecimento de valores subjetivos e permitir um olhar crítico sobre a pesquisa no campo da Ciência da Informação. Reconhece o valor desse método para o estudo de um contexto multicultural, entendendo a cultura da informação sob uma perspectiva emergente na área em estudo, cujo aprofundamento requer valores e instrumentos antropológicos coerentes com as diversas áreas interdisciplinares que compõe o campo científico da informação. A pesquisa explora a literatura, acolhendo dados para uma análise interpretativa do discurso de diversos autores, desta forma visa uma reflexão que priorize a representação qualitativa do conhecimento. Na conclusão apresenta as diversas evidências da importância da cultura, agregada implicitamente na construção de uma informação, e que conseqüentemente irá gerar um novo conhecimento, sendo assim, reforça o adequado uso da ferramenta etnográfica para melhor explorar a temática. Também apresenta recomendações de continuidade na perspectiva desse estudo sob diversas diretrizes, que poderão trazer contribuições significativas para esta área do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE

Etnografia; Antropologia da informação; Metodologia da pesquisa; Epistemologia

¹ Artigo adaptado da comunicação apresentada no IX Capítulo Espanhol de ISKO: Nuevas perspectivas para la difusión y organización del conocimiento, realizado em Valência, Espanha, nos dias 11 a 13 de março de 2009.



Information science and the methodological use of the ethnography

ABSTRACT

This investigation analyzes applicability and use of the ethnography as methodology to explore the research in the information science area. It aims to rescue in the literature of the area the recognition of ethnography as methodological shape in the scientific construction, starting from reflections on this research method as form to recognize subjective values and to allow a critical glance on the research in the field. It recognizes ethnography as a contribution to the knowledge administration inside of a multicultural context, because the information culture in an emerging perspective is admitted in the area. This understanding requests values and coherent anthropological instruments with interdisciplinary areas that compose this scientific field. The methodology is structured coherent with the qualitative method, assuming the posture of a research of the bibliographical type, whose data are presented in a descriptive way with an interpretative analysis of the several authors' speech, to prioritize the qualitative representation of the knowledge. It presents several evidences of the importance of the culture, which is joined implicitly in the construction of information, and that consequently it will generate a new knowledge, reinforcing the appropriate use of the tool ethnographic for best to explore the theme.

KEYWORDS

Ethnography; Anthropology of information; Research's methodology; Epistemology



INTRODUÇÃO

Um dos temas dominantes sobre as construções epistemológicas fundamentais às pesquisas científicas refere-se à oposição entre os chamados paradigmas quantitativo e qualitativo das investigações. Essa discussão toma vulto nos últimos trinta anos, especialmente nas discussões sobre as pesquisas em ciências sociais. Das tentativas de superar controvérsias entre adeptos ou não dessas posições, decorrentes especialmente da interpretação positivista dos fenômenos sociais, alternam-se correntes caracterizadas por diferentes abordagens. Essa tendência talvez se deva ao fato, como afirmou Gadamer, de que se espera ainda mais das ciências humanas ao se perceber que o crescente domínio da natureza acrescenta o mal estar na cultura ao invés de reduzi-lo (1994, p. 43).

A etnografia, considerada como método, vem sendo utilizada pela antropologia para a construção dos objetos de estudo e de coleta de dados, tendo por base o contato intersubjetivo entre o pesquisador e seu objeto. Por suas características especiais, a antropologia e a produção científica dela decorrente têm se destacado pelo papel político, literário e ideológico que assumiu e que tem sido discutido, principalmente a partir da antropologia interpretativa.

Por sua vez, a crítica de Feyerabend aos empiristas expressa a restrição que esta corrente faz à variedade, cunhada pela condição de coerência, e que se traduz pela denominada *adoração dos fatos*, traço característico de todo empirismo (1989, p. 57). Ao ressaltar a multiplicidade dos métodos, as lacunas das explicações científicas e a precariedade das teorias, o próprio filósofo não se considera um anarquista sério e, segundo Granger, o aspecto positivo de sua epistemologia consiste na violenta crítica ao conservadorismo e ao dogmatismo, sublinhando a mobilidade do conhecimento científico (1994, p. 43).



Quanto a Popper, um dos mais incisivos representantes da crítica ao indutivismo, ao lançar as bases do método hipotético dedutivo e do critério de falseabilidade, na sua obra *Conjectural knowledge: my solution to the problem*, assume a posição de realista crítico ao acreditar que *um mundo material existe, independente da experiência*. Por outro lado, pode-se identificar, pela postura metodológica que adota - *enunciar claramente o problema e examinar, criticamente, as várias soluções propostas* (1975, p. 536) - que ele relaciona a atitude científica a uma postura racional e crítica diante dos problemas científicos. Essa postura se expressa no método hipotético-dedutivo, que consiste na construção de conjecturas a submeter aos testes mais diversos, à crítica intersubjetiva, ao controle mútuo pela discussão, à publicidade crítica e ao confronto com os fatos para a verificação das hipóteses que se sustentam como mais aptas por resistirem às tentativas de refutação e falseamento.

A importância do critério de falseabilidade tem sido reconhecida e interpretada especialmente por estar ligada à idéia de um conhecimento que se cria e se constrói, critério correspondente ao aspecto dinâmico do saber e não contraditório com as tendências epistemológicas mais recentes nas ciências sociais, de modo especial a etnografia, objeto deste estudo.

Fortemente influenciada pelo estruturalismo, a etnografia estende-se a todo o domínio das ciências humanas, procurando transcender o fato isolado como tal e não se identificando como forma de idealismo. Isso porque, embora o modelo conceitual estruturalista se apresente como uma construção científica, ele não poderia ser reduzido a um ato ou função subjetiva. Dessa forma, segundo Fougeyrollas (1992, p. 90), confirma-se a objetividade de todo sistema de relações que constrói.

A etnografia tem sido considerada uma linha de pensamento cuja principal contribuição para a epistemologia consistiu na ampliação da visão do objeto científico, diante do domínio positivista sobre as ciências sociais, tomando como ponto de partida as relações que poderão revelar o que as coisas realmente são.



Outra linha de inegável valor para a etnografia foi o pensamento dialético, mudança radical que se opera no pensamento filosófico. A análise dialética define as relações do geral com o particular em sua concretização histórica. Como metodologia *stritco sensu* representa um esforço epistemológico que procura destacar os traços comuns ou, ao contrário, diferenciados de um caso para outro, de todas as abordagens científicas que visam prestar contas dos desenvolvimentos que se desenrolam no tempo.

Para o pensador dialético, as doutrinas fazem parte integrante do fato social em si, somente separáveis dele por uma abstração provisória, razão pela qual esse tipo de estudo aproxima-se do olhar etnográfico, da mesma forma que a realidade social e histórica constitui um dos elementos mais importantes quando se trata de compreender uma época (GOLDMANN, 1958, p. 47). O pensamento dialético, ao acentuar o caráter total da vida social, visa a contribuir para a unidade do pensamento e da ação e, considerando-se a consciência possível o principal instrumento do pensamento científico em ciências humanas, esta, em grau máximo, expressa sua força no plano do pensamento e da ação em uma determinada estrutura social.

Com essas premissas, este estudo enfatiza a importância e a necessidade de ampliar a investigação etnográfica no campo da informação, para a construção de um conhecimento sociológico tão necessário para as diversas ciências e em especial para a Ciência da Informação, dadas suas características interdisciplinares. Sendo assim, esta investigação tem por objetivo trazer a luz na literatura da área, o reconhecimento da etnografia como forma metodológica cada vez mais efetiva na construção dessa ciência. Direcionado à uma revisão teórica, o estudo buscou fazer algumas reflexões críticas, bem como contribuir para o desenvolvimento de uma epistemologia integrada ao campo interdisciplinar ao qual de fato pertence a Ciência da Informação.



O ESTADO DA ARTE

A análise da literatura pertinente ao estudo do objeto aqui privilegiado desdobra-se em quatro seções que tratam respectivamente sobre: a questão da complementaridade qualitativo-quantitativa; a informação e sua relação interdisciplinar; o olhar sociológico e a aproximação na investigação etnográfica e a presença da etnografia na área de Ciência da Informação.

A complementaridade qualitativo-quantitativa

Como se observa pela literatura que sustenta a discussão, é possível analisar as diferenças fundamentais entre as distintas abordagens, tanto em relação aos pressupostos epistemológicos quanto aos procedimentos metodológicos da pesquisa. É também viável cotejar procedimentos, independentemente dos pressupostos teóricos e princípios filosóficos que os orientem, apresentando-se, ainda, a possibilidade de conciliar as posições antagônicas graças à compatibilidade e à cooperação mútua entre os paradigmas. Isso porque há na multiplicidade de estratégias metodológicas uma fonte inesgotável e rica para a prática da pesquisa, especialmente a partir das tentativas de superação da antinomia entre os enfoques qualitativo e quantitativo na sua condução.

Refletindo especificamente sobre a polêmica entre essas posturas, Habermas observa que, metodologicamente falando, a medida desempenha duas funções: a de garantir a simplificação de controvérsias sobre as questões existenciais e a de possibilitar repetição, permitindo assim a garantia de intersubjetividade da experiência (1994, p. 96). O debate tem sido motivado, entre outros aspectos, pelos níveis e categorias de estudo que apresenta. São discutidos especialmente os princípios filosóficos – ontológicos, epistemológicos e axiológicos – que envolvem a oposição entre os paradigmas qualitativos e quantitativos e que para este estudo se aplicam à dimensão etnográfica.



O estudo desenvolvido por Creswell (1994) ilustra essa preocupação ao acrescentar aos enfoques ontológico, epistemológico e axiológico, o retórico e o metodológico como pressupostos para diferenciação dos paradigmas. Assim, à questão sobre a natureza da realidade, o paradigma quantitativo a entende prioritariamente como objetiva e singular, distinta do pesquisador, enquanto o etnográfico a define como intersubjetiva e múltipla, decorrente da diversidade de interpretações dos participantes de um estudo.

Do ponto de vista epistemológico, questiona-se sobre o relacionamento do pesquisador com o pesquisado, ao que o paradigma quantitativo responde que o primeiro é independente do segundo, enquanto o etnográfico privilegia a interação entre o pesquisador e aquilo que está sendo pesquisado.

Sob o enfoque axiológico, isto é, com relação ao papel dos valores na busca do conhecimento, costuma-se afirmar que na condução quantitativa da pesquisa eles não têm lugar, enquanto a investigação etnográfica abrange a compreensão de valores e preconceitos.

Quanto à suposição retórica, isto é, relativa à linguagem da pesquisa, nos tratamentos quantitativos a expressão é formal, baseada em definições fixadas, voz impessoal, uso de termos quantificáveis e convencionados, em oposição à linguagem etnográfica que envolve decisões, tem voz pessoal e palavras não-convencionadas.

Ao argumentar contra a dicotomia amplamente aceita entre os paradigmas quantitativo e qualitativo, Hammersley (1992, p. 160) aponta para seu uso limitado e discorre sobre alguns perigos dela decorrentes, especialmente por obscurecer questões e argumentos que envolvem a metodologia das ciências sociais. Identificando os componentes mais relevantes da distinção entre qualitativo e quantitativo, especialmente pelos defensores da pesquisa qualitativa, o autor argumenta que as questões colocadas não são simples como aparentam. Ele apresenta e discute sete questões relacionadas aos critérios que orientam a distinção qualitativo-quantitativa: a utilização de palavras preferencialmente a números; a ocorrência do fenômeno em circunstâncias naturais ou criadas pelo pesquisador; o foco no



significado em oposição ao foco no comportamento; a ciência natural como modelo; abordagem indutiva versus dedutiva; a identificação de padrões culturais versus busca de leis científicas e o idealismo versus realismo.

Em relação ao uso de palavras de preferência aos números, mais precisamente sobre a questão dos dados qualitativos em oposição aos quantitativos, o autor argumenta que ao pesquisador caberá julgar entre uma série de dados mais ou menos precisos. Além disso, decidir sobre o nível de precisão apropriado em relação a uma exigência particular estaria na dependência da natureza do que se pretende descrever, na desejável precisão das descrições, nos propósitos e nos recursos disponíveis. Com esse argumento o autor descarta o compromisso ideológico com ou outro enfoque paradigmático.

A segunda distinção apontada pelo autor sobre a natureza do fenômeno observado identifica as pesquisas experimentais com as situações previamente estabelecidas, por meio das quais se deseja aquilatar diferentes valores relativos a variáveis a controlar. Por outro lado, as pesquisas etnográficas requerem o estudo de situações que poderiam ocorrer sem a presença do pesquisador, ou com a adoção de uma postura que minimize o impacto do pesquisador sobre a ocorrência. Sob o ponto de vista do autor, a distinção é espúria pois os termos natural e artificial vêm perdendo suas conotações originais.

Quanto à distinção entre a focalização no significado ou no comportamento, tem sido relacionada com a ênfase no caráter interpretativo ou hermenêutico da pesquisa qualitativa em contraste com o ponto de vista comportamentalista quantitativo. Com efeito, a pesquisa qualitativa busca compreender a perspectiva das pessoas, entretanto, não restringe seu foco de modo restrito a elas, pois em geral o comportamento não é apenas um subproduto das perspectivas, e até pode delas discrepar. Por outro lado, há pesquisas quantitativas mais voltadas a atitudes do que propriamente a comportamentos.



O enfoque quantitativo também tem sido acusado de tomar a ciência natural como modelo. Entretanto, essa simplificação é discutível, primeiramente pelas diferenças possíveis entre as diversas ciências da natureza, ou disciplinas delas decorrentes. Pode-se também questionar que interpretação se irá adotar. E, ainda, deve-se esclarecer que nenhum método das ciências naturais pode ser adotado sob medida para as ciências humanas.

É comum, também, estabelecer a aproximação da pesquisa qualitativa com o método indutivo, em contraposição com a identidade entre pesquisa quantitativa e método hipotético dedutivo. Quanto a esse aspecto, qualquer simplificação é precária pois toda pesquisa envolve tanto dedução quanto indução, especialmente as pesquisas etnográficas que permitem ao pensamento mover-se de idéias para dados e de dados para idéias.

A identificação de padrões culturais nas pesquisas qualitativas em oposição à procura de leis científicas como propósito das pesquisas de enfoque quantitativo é outra distinção em pauta quando se tenta contrapor os dois enfoques. Entretanto, nem sempre as pesquisas quantitativas vão além de generalizações probabilísticas, enquanto que muitas vezes os objetivos das pesquisas qualitativas visam o estabelecimento de teorias.

Quanto às posições epistemológicas, costuma-se identificar o qualitativo com a idealista e o quantitativo com a realista, resultando numa dicotomia não correspondente com as questões que têm sido colocadas por representantes das duas posições. Esta constatação esclarece a posição de Hammersley para quem na epistemologia, assim como na metodologia, as dicotomias relativizam o alcance das opções abertas (1992, p. 171).

Ao concluir suas considerações sobre o tema, enfatizando que a seleção entre as duas posições depende dos propósitos e circunstâncias da pesquisa, o autor posiciona-se contra a analogia que representa um cruzamento onde se deve optar pela esquerda ou pela direita, apresentando em substituição a imagem do labirinto, diante do qual o pesquisador depara-se constantemente com a necessidade de tomar decisões menos efetivas do que de outro modo poderiam ser.



Essa leitura e entendimento coincidem com conclusões de estudo em que, ao analisar um recorte expressivo da literatura resultante do pesquisa em Ciência da Informação no Brasil, considera-se que

à medida que cada campo de atividade científica vai se fortalecendo e conquistando autonomia, as estratégias metodológicas, as técnicas e os instrumentos selecionados pelos pesquisadores vão se tornando cada vez mais complexos em suas combinações e menos puros em relação às suas formas originais de concepção. Mas isso deveria ser observado e aceito como uma prática viva de fazer pesquisa e não como uma quebra da ortodoxia metodológica (BUFREM, 1996, p. 145).

A pesquisa e o seu aperfeiçoamento, portanto, além de desafios, são motivações para que acadêmicos e profissionais tomem consciência da necessidade de superar as oposições presentes na discussão qualitativo-quantitativo, ampliando sua compreensão a respeito das possibilidades teóricas e concretas ao seu alcance e subsidiando a avaliação de sua prática.

A informação e sua relação interdisciplinar

Sabe-se que o conhecimento tem hoje um enorme peso na economia internacional e na vida da sociedade em geral, em sentidos e dimensão, em relação a algum tempo atrás. Constata-se uma mudança do ponto de orientação da questão do conhecimento, antes referenciada pelo Estado, pelo público e pela escola e agora, para o mercado. Nesse novo reordenamento, a informação, que é a materialização do conhecimento em seu formato técnico, de registro, memória e cultura, passa a compor as agendas das questões econômicas e empresariais dos dias atuais, e também sofre um certo deslocamento na sua abordagem e entendimento.

De acordo com Frohmann (1995), um regime de informação engloba os diferentes atores, instituições, veículos e cenários temporais e espaciais que configuram um determinado ordenamento das ações e políticas de informação. Os regimes de informação representam relações sociais e formas específicas de poder que são exercidas em sua abrangência no tempo



e no espaço. Essa conjuntura provoca o deslocamento no entendimento do conhecimento que configura um novo regime de informação orientado pelo mercado, o que pode ser verificado pelas novas expectativas em relação à ciência, à universidade, à educação, à pesquisa e à produção do conhecimento.

Nesse cenário, como pensar a relação entre informação e sociedade nos ambientes da cultura? Uma ramificação possível para responder a essa linha de estudos é a antropologia da informação. Mas, nessa perspectiva de pesquisa, o que entendemos por “ambientação cultural das questões de informação?” Primeiramente construímos os nossos objetos de pesquisa tendo em vista o caráter social do fenômeno da informação e sua manifestação no terreno da cultura. E, ainda, assumimos, em perspectiva interdisciplinar, o pertencimento da Ciência da Informação ao elenco das ciências sociais como solo fundante das suas perguntas, conceitos e métodos. Nessa direção, a conversão do olhar que exercitamos muitas vezes ao longo do processo da pesquisa na linha da antropologia da informação nos permite formular pressupostos que orientam os elos históricos e institucionais entre cultura, informação e sociedade. Um pressuposto geral afirma que a informação é artefato material e simbólico de produção de sentidos, fenômeno da ordem do conhecimento e da cultura, gerador de memória, com permanência e registro, ao mesmo tempo carente de meio, pedagogia e política.

Cultura e informação entendem-se como noções polissêmicas e termos-repertório. As duas remetem a múltiplos significados e são objetos de estudos em busca de definições. Objeto de estudo da antropologia, a cultura refere-se à intervenção humana na realidade conforme Marteleto (2002). A autora entende que tudo o que é oposto à natureza, pois é criação ou invenção humana, é da ordem da cultura. A cultura, portanto, manifesta-se por meio de muitas vozes, das quais é preciso ouvir as polifonias e interpretar os sentidos. Informação, por sua vez, remete à idéia de organização, elemento que equilibra redundância e ruído para alimentar, reproduzir e manter um sistema. O vetor da cultura informacional é a escola, em todos os seus níveis, pois é a instituição que prepara e classifica os sujeitos sociais entre produtores ou consumidores de bens culturais no espaço de um mercado de bens



simbólicos que se organiza e se firma com o próprio desenvolvimento do capitalismo, conforme análise de Bourdieu e Wacquant (1992).

A instituição escolar é assim o espaço, construído na modernidade, de funcionamento da cultura informacional, por meio dos processos seletivos e classificatórios dos sujeitos e dos conteúdos informacionais. Nela se verifica a dinâmica comunicacional e de transferência de informações que se estabelece entre mestres e estudantes. Ao analisar a escola como espaço informacional, é possível desenvolver dois conceitos ou categorias para situar, tanto os processos de transferência, quanto os modos de recepção das informações escolares: excedente informacional e reserva simbólica. O conceito de excedente informacional refere-se aos pólos de produção, mediação e apropriação dos conteúdos e formas de transmissão dos discursos. Sabe-se que os conhecimentos que alimentam o processo pedagógico não foram gerados na escola, e sim nas instâncias produtivas como as universidades e os centros de pesquisa, principalmente. Antes de serem transformados em matéria pedagógica os conhecimentos passam por filtros e canais de disseminação e publicação, como as editoras, as livrarias, bibliotecas, mídias eletrônicas e digitais, dentre outros, além dos crivos das instâncias estatais e especializadas encarregadas de normatizarem os conteúdos e os currículos. No ambiente escolar são acionados outros mecanismos seletivos e classificatórios em programas e disciplinas. Porém, o espaço em que os conhecimentos são interpretados como matérias informacionais é a sala de aula, entendida não apenas como espaço físico, mas enquanto espaço simbólico de apropriação de informações. Daí se pode inferir sobre a abundância informacional, e sua oferta, sempre superior à demanda.

Como em outros campos do conhecimento, nos estudos da informação se reconhece que as perguntas pertinentes e socialmente relevantes da atualidade não encontram respostas nas divisões das ciências convencionais, mas nas formas de manifestação de uma pluralidade de saberes que configuram a cultura informacional dos dias de hoje. O intercruzamento das disciplinas científicas com outras formas de saber encontra-se refletido, por exemplo, na idéia de transdisciplinaridade, empregada como forma de reconhecimento do valor cada vez mais amplo do conhecimento, enquanto meio de promover tanto o



desenvolvimento econômico, tecnológico e social, quanto a expressão cultural de distintos atores, instituições e espaços diferenciados na sociedade.

Por outro lado, como lembra Martín-Barbero (2004), nunca antes ficaria tão evidente, como agora, que pelo mundo da comunicação/informação passa estruturalmente o sentido comum do que seja viver em sociedade, agora em escala global. Comunicação e informação tornam-se, pois, um enclave estratégico do pensamento. De outro aspecto, a reflexão sobre o que seja ciência e conhecimento na “sociedade da informação” não se encontra pautada apenas pela idéia de que o conhecimento tornou-se a sua matéria-prima mais custosa e rentável, mas também se baseia na premissa de que o desenvolvimento econômico, social e político se faz estreitamente ligado à inovação, que é o novo nome empregado para expressar a criatividade e as criações humanas.

Ao refletir sobre os rumos da pesquisa em Comunicação Martín-Barbero (2004), não considera os tempos atuais, de aceleradas mudanças, favoráveis à prospectiva, enquanto empreendimento da reflexão a respeito das causas técnicas, científicas, econômicas e sociais que aceleram a evolução do mundo moderno, e a previsão das situações que poderiam ocorrer de suas influências conjugadas, dada a rapidez, no tempo e no espaço, do espectro dessas mudanças. Mas por isso mesmo, diz ele, talvez o esforço prospectivo seja mais necessário hoje, já que “nos obriga a romper a falsa imanência do presente contínuo à qual nos condena a ausência de utopias, e o conseqüente ensimesmamento dos discursos, exigindo de nós um mínimo horizonte de futuro para compreender os processos que dotam ou despojam de sentido os discursos.” (MARTIN-BARBERO, 2004, p. 1).

Acredita-se portanto que a cultura seja um conceito de liga, de entremeio, que permite tanto a reflexão quanto a criação de novos conhecimentos e práticas para refundar os elos entre informação e sociedade. E nesse sentido cabe o reconhecimento metodológico aplicado nas ciências sócias, como o caso da etnografia para que haja uma melhor aproximação entre áreas e resultados de pesquisas coerentes com as demais ciências, com o olhar voltado para o seu imaginário.



O olhar sociológico e a aproximação na investigação etnográfica

A etnografia, cuja origem etimológica reúne os termos *etno* significando povo ou grupo cultural e *grafia* para significar escrita, é uma subdisciplina da antropologia descritiva que se dedica a compreender crenças, valores, desejos e comportamentos dos sujeitos por meio de uma experiência vivida. Dentre os métodos qualitativos conhecidos, o etnográfico tem se destacado como um dos mais importantes, especialmente por ter como premissa “a tentativa de apreender, numa perspectiva evolucionista e global, o comportamento humano em situação natural, e de compreender esse comportamento dentro do quadro de referências no qual os indivíduos interpretam seus pensamentos sentimentos e ações” (DOMINGUES, 1988).

Portanto, percebem-se dois pilares que modelam e sustentam o método etnográfico: a interação *prolongada* entre o pesquisador e o sujeito da pesquisa e a interação *cotidiana* do pesquisador no universo do sujeito. Oriundo da antropologia, envolve um conjunto particular de procedimentos metodológicos e interpretativos desenvolvidos ao longo do século XX, conforme afirma Sandy (1979, p. 527) que, desde os antigos gregos, tem sido praticado. Embora esse método envolva um longo período de estudo, em que o pesquisador passa a usar técnicas de observação, contato direto e participação nas atividades.

As primeiras observações etnográficas consistiram de relatos e descrições oferecidos pelos administradores das colônias, pelos missionários e bucaneiros. Tais relatos eram elaborados a partir da perspectiva do conquistador e “civilizador” de povos “primitivos”, pelas quais o observador via “uma imagem ao inverso no espelho de seu ideal etnocultural” (VIDICH; LYMAN, 2000).



Posteriormente entende-se que o etnógrafo recontextualiza, em parte, as questões de fundo moral cristão para inseri-las no espaço das teorias da evolução social por meio da aplicação de princípios evolucionistas de Darwin (1809-1882), reconhecendo-se, portanto, a possibilidade de uma convivência sincrônica de distintos valores que respeitariam uma classificação hierárquica. O foco dos questionamentos converge para a compreensão do desenvolvimento das sociedades e culturas.

Em busca de uma sistemática de classificação para todas as ciências, autores como Auguste Comte (1798-1857), a quem se atribui a paternidade do positivismo e da sociologia, propõe o “método comparativo”. No campo de investigação etnográfico, em período inicial de desenvolvimento, este método permitiu classificar as culturas em três estágios de evolução, sugeridos também como *épocas de crescimento moral*, e calcados no referencial europeu. Compreendia-se a transição evolucionista como progressiva e irreversível, partindo-se da *selvageria*, passando pelo *barbarismo* até alcançar a *civilização*.

Ao final do século XIX discutia-se que os dados de campo deveriam ser recolhidos diretamente pelos pesquisadores, para não depender de informações intermediadas por aqueles que estavam nas colônias. Em 1874 a *Associação Britânica pelo Avanço da Ciência* publica o caderno *Notes and Queries on Anthropology* que passa a orientar a ação dos etnógrafos na sua aproximação com o campo.

Foi munido de um exemplar deste caderno que Bronislaw Malinowsky (1884 - 1942), ao estudar os *Trobianos* no auge da segunda guerra mundial, compreendeu como as rotas de navegação marítima se alteravam a ponto de o impedir de sair da ilha onde fica estabelecido até 1918. O contexto o impele a desenvolver seu estudo exercendo a convivência prolongada e cotidiana. Esta convivência motivou Malinowski a se apoderar do ponto de vista do “nativo”, inaugurando a técnica que viria a ser cunhada de *observação participativa*. Com este comportamento de campo o pesquisador assume um duplo papel: engaja-se nas atividades apropriadas da situação e as observa como pesquisador (DOMINGUES, 1988). Com essa experiência e método são publicados em 1922 no livro *Os Argonautas do Pacífico*.



Malinowski é reconhecido por ter inserido ao trabalho de campo como aspecto central da etnografia e por ter fornecido as credenciais científicas ao método etnográfico.

No mesmo ano (1922) outra experiência relevante para a etnografia foi o filme *Nanook of the North*, de Robert Flaherty, sobre a vida dos esquimós. Em abordagem cinematográfica do gênero documentário ele defendia que a linguagem audiovisual seria, ao longo do século 20, apropriada para a observação e para a narrativa etnográfica.

Compreensões pós-modernas da etnografia são marcadas pela concepção de que todo aspecto da existência humana é culturalmente construído, o que os torna particulares e localizados, sem possibilidades de generalização. Nesta concepção, o significado social de uma situação histórica é sempre relativo e temporário. A etnografia dedica-se a “compreender como este momento histórico universaliza a si próprio na vida de indivíduos específicos” (DENZIN *apud* VIDICH; LYMAN, 2000). O etnógrafo não é, portanto, um mero observador da história, mas um participante e informante do processo.

Ao analisar seu uso como método científico, evidencia-se que o estudo etnográfico é tido por diversos autores como uma contribuição essencial da antropologia para as ciências, para compreender não apenas a cultura restrita em uma organização, mas também outros aspectos culturais da sociedade. Neste sentido os estudos como os de Jaime Junior (1996) afirmam que no chamado encontro dos saberes da antropologia e administração, cuja resistência ainda perdura ao reconhecer métodos subjetivos, se aproxima através do recurso da etnografia a uma postura metodológica. Sendo assim cabe à Ciência da Informação uma aproximação de outras ciências inclusive por afinidades em recursos metodológicos.

Considerando que esta investigação busca mapear o reconhecimento etnográfico na Ciência da Informação, é necessário apropriar-se de uma visão interdisciplinar entre a antropologia e essa ciência, a fim de melhor analisar suas características e relações.



Considerando que na Ciência da Informação seus estudos também estão focados com o olhar para dentro de organizações, vale ressaltar opiniões como a de Cavedon (2001), que entende que para determinadas técnicas administrativas alcançarem sucesso nos meios organizacionais, faz-se necessário prestar atenção na cultura abrangente da qual a organização é parte integrante, e, em especial, atentar para a cultura específica da organização em questão. Para a referida autora, a melhor maneira de se desvendar o universo cultural de uma organização é por meio da análise etnográfica, entendida como:

a ferramenta capaz de oferecer a medida para fenômenos da cultura que afetam sobremaneira a vida da organização. Os valores culturais oxigenam os processos administrativos. Trazê-los à tona, conscientizar-se deles e administrá-los é uma potencialidade agora ao alcance dos responsáveis pelo destino das empresas (CAVEDON, 2001).

A presença da etnografia na área de ciência da informação

Na Ciência da Informação, acredita-se que a informação seja um elemento da cultura, pois é característica da criação humana, que adquire sentido ao ser comunicado para produzir conhecimento. Quando estudiosos e profissionais do campo da informação, acionam o cabedal cognitivo, social e epistemológico associam a informação ao conhecimento e à comunicação e, portanto, à cultura.

Ao discutir uma metodologia de pesquisa que esteja pautada na área antropológica como é a etnografia, é importante considerar e reconhecer conceitos da antropologia da informação, como elementos do componente interdisciplinar da Ciência da Informação, o que é a proposta desta pesquisa. Para fundamentá-la, recorre-se a Marteleto (2002), para quem a antropologia da informação está sustentada por dois pressupostos: a informação como processo de elaboração de sentido, conectada às formas de representação do conhecimento (esfera da cultura); e como objeto de estudo de disciplinas, preocupadas em entendê-la como instância da organização e da permanência espacial e temporal, que gera memória e carece de meio, política e pedagogia (esfera da ciência, notadamente as ciências sociais e nela, evidentemente, a Ciência da Informação).



Pesquisadores da Ciência da Informação em seus estudos sobre a relação entre cultura, sociedade e informação costumam empregar a idéia de cultura informacional para estudar os processos macro-sociais e micro-situacionais que acompanham as transformações do projeto iluminista de sistematização dos conhecimentos e técnicas produzidos no ocidente moderno com vistas ao novo regime de verdade a luz de Foucault, que se organiza com base na racionalidade e ao novo regime de poder com a institucionalização do Estado moderno. Sem a intenção de demarcar um período histórico de elo mais visível entre cultura e informação, acredita-se que esse é o momento em que se firmam as bases da “cultura informacional”, com o processo de autonomização dos campos sociais, a formação de uma esfera pública e a conseqüente divisão dos segmentos sociais em produtores e consumidores de discursos, notícias e bens culturais.

Para dimensionar as novas configurações culturais, sociais e políticas que estamos vivenciando na atualidade de um novo regime de informação, agora direcionado pelo mercado, Frohmann (1995) lembra a validade desse conceito em relação às abordagens presentes na literatura da Ciência da Informação, que parecem enxergar a realidade informacional como já dada, fechada e natural, ou seja, nos termos que aqui nos interessam, sem ambientação ou expressão cultural.

Pensar em antropologia da informação é pensar em algo conflitante, deslizando, que escorre sobre curvas barrocas. Afinal, de um lado a antropologia, que tende à compreensão da pluralidade, diversidade, multiplicidade de gestos, práticas, relatos. De outro, a informação, que tende à compressão, à homogeneização, tabulação, esquematização de gestos, práticas e relatos. Em razão disso, falar em antropologia da informação remete a uma espécie de amálgama entre campos aparentemente antagônicos. Não cabe estabelecer aqui a trajetória de cada termo, mas é interessante perceber como a Antropologia, enquanto ciência, alcançou um estágio mais apurado na era moderna, exatamente na medida em que se desprendia de malabarismos etnocentristas para tentar fazer, não com os olhos do colonizador, mas do autóctone, uma leitura do mundo e das coisas do mundo. Da mesma forma, a informação, nos últimos anos, foi se desprendendo de um fator regulador de sistemas (físicos,



químicos) para se tornar (e se integrar a) uma cultura informacional contemporânea e/ou pós-moderna, conforme afirma Marteleto (1987). Conseqüentemente, para a mesma autora, a antropologia da informação estabelece lógicas articuladas entre as instâncias do conhecimento, da informação e da sociedade, através da produção e interpretação de enunciados e da regência de gestos e ações. Essa dialética deve ser vista sob a ótica foucaultiana da ordem do discurso, a qual, por sua vez, para além do bordão conhecimento é poder, deve ser compreendida como: a) um sistema de nomeações (instrumentos para a ordem) e b) um conjunto de sujeitos e suas respectivas apreensões simbólicas. Segundo a autora, três são os pressupostos gerais que formam uma agenda de estudos sobre o tema: a) contextuais; b) empíricos e c) teóricos e metodológicos.

Dentre os pressupostos contextuais, cabe destacar o do conhecimento como produto social, com o reconhecimento de uma “cultura informacional” e daqueles dela excluídos; o deslocamento do eixo de política de conhecimento e informação do estatal/público para o privado; e a conformação de um mercado de bens simbólicos com disputas de sentidos entre diferentes práticas, discursos e ações de intervenção social. Dentre os pressupostos empíricos, destacam-se as diversas formas de organizações sociais e suas interfaces com ambientes formais de conhecimento e informação; o conhecimento teórico, histórico, prático e suas composições e estranhamentos na sociedade civil; ação social e saber local: especialistas, lideranças e intervenções com mediação informacional; informação formal dos sistemas oficiais *versus* informação cinzenta e/ou subterrânea das organizações.

Por fim, os pressupostos teóricos e metodológicos, interessados principalmente no estudo do conhecimento e na forma política e compartilhada de criar entendimento e soluções sobre as condições de vida da população nas práticas de intervenção social; a abordagem do conhecimento e da informação no plano local, da cultura e sua interdependência com o global, bem como dos elementos narrativos da memória e do esquecimento presentes nos modos de apreender as coisas do mundo vivido; o conhecimento como produto social e sua apropriação como matéria informacional pelos movimentos sociais; e, finalmente, o emprego crítico,



teórico e metodológico da noção de redes, entendida aqui em três acepções: como conceito teórico, instrumento metodológico e estratégia de ação coletiva.

Ao cumprir a proposta dessa pesquisa, percebeu-se a preocupação de pesquisadores da Ciência da Informação em abordarem e reconhecerem como linha vertente na área as questões referentes à antropologia da informação, sendo assim implicitamente o reconhecimento de um método coerente para o desenvolvimento de pesquisas. Nóbrega (2002) reconhece a temática como uma nova linha da pós-graduação na Ciência da Informação, em que resgata a importância do eixo temático como pressuposto teórico-metodológico geral a necessidade de ter o sujeito como fonte e eixo da problemática informacional, funcionando, portanto, no âmbito dos estudos de usuários, porém com um enfoque interdisciplinar mais ampliado. De acordo com a proposta, o objetivo geral do eixo foi o de construir um instrumento teórico e metodológico para o estudo das práticas sociais de produção, comunicação e recepção de informações, em diferentes campos e contextos sociais; de maneira a permitir um entendimento a seu respeito, bem como a propor linhas alternativas de ação institucional e de oferta e uso da informação, capazes de funcionar como facilitadoras do acesso, fluxo e aquisição dos conhecimentos produzidos socialmente. Para a autora as temáticas privilegiadas são: a) a informação como fenômeno sócio-cultural e seus modos de produção e organização em diferentes contextos organizacionais, comunitários e associativos da sociedade civil; b) a informação e a construção do conhecimento pelos agentes, entidades e grupos em movimentos sociais de educação e saúde; c) redes de movimentos sociais, redes de conhecimentos e a construção de sentidos para a ação social; d) políticas e modos de gestão do conhecimento e informação na esfera da sociedade e o emprego das tecnologias de comunicação e informação; e) conhecimento prático e conhecimento científico: novas configurações epistemológicas, lingüísticas e textuais na sociedade da informação (NÓBREGA, 2002, p. 69).



Também Teixeira (2007) faz uma revisão teórica em que seleciona textos que enfatizam uma agenda de estudos, voltada de modo especial para questões como:

- a) a compreensão do significado de diferentes informações ao redor do mundo que permanece diferente, dependendo justamente do contexto de vários fatores culturalmente determinados;
- b) a Sociedade da Informação e suas influências para entender a relação entre o conceito de informação e diferentes culturas;
- c) o acesso às diferentes informações realmente produz poder social para aqueles que o tem. Em economia e política, a informação adequada no tempo certo é elemento essencial para qualquer ação de sucesso e, hoje, a informação em sociedade é controlada por diferentes formas de organização social do conhecimento;
- d) o uso de informação por diferentes gêneros - termo aqui entendido como mais amplo do que a diferença sexual socialmente construída, englobando qualquer entidade social que constrói sua própria identidade em algum processo social;
- e) o modo como se processa a *network readiness* em diferentes culturas;
- f) como as práticas cotidianas, e nelas, as dificuldades apresentadas por aparatos da tecnologia da informação (como o *e-mail*) atingem a esfera pública ou a ação individual subjetiva;
- g) como as tecnologias de informação e comunicação são posicionadas no espaço cultural e social, e como seu significado social e cultural é afetado por fatores tecnológicos, econômicos e sociais.



Diante desta agenda de temas percebe-se que o uso da informação vem gradativamente pedindo maior flexibilidade quando confrontado com as práticas culturais, por outro lado, percebe-se, que a etnografia tendem a romper com certa visão binária, pois a etnografia é um método para estudar o comportamento organizacional e a difusão social das novas mídias tecnológicas. Seu método rigoroso mergulha o pesquisador no quadro social e revela o mundano e o cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A contraposição dicotômica entre enfoques qualitativos e quantitativos em relação às trajetórias metodológicas possíveis na Ciência da Informação pode ser superada satisfatoriamente com o uso da etnografia. Acredita-se também nas suas contribuições aos novos conhecimentos, oriundos de contribuições temáticas transversais e de ângulos interdisciplinares que as favorecem.

Se retomados os critérios de Creswell (1994) para diferenciar os enfoques quantitativo e qualitativo em relação à questão da natureza da realidade, a forma de superá-la com a pesquisa etnográfica admite a natureza objetiva e singular do real, sem descartar o exercício da subjetividade e a natureza múltipla dos desdobramentos concretos do real, passíveis de interpretação do pesquisador e demais participantes de um estudo.

Sob o aspecto epistemológico, mais precisamente voltado à relação entre pesquisador e pesquisado, esse tipo de abordagem enseja a interação entre ambos, descartando-se a idéia do predomínio de um sobre outro, o que se aplica de modo especial à Ciência da Informação, cujos objetos e problemas revelam e renovam essas relações na prática da pesquisa.



Quanto ao papel dos valores na pesquisa, isto é, do ponto de vista axiológico, a análise etnográfica pode superar a polarização entre, por um lado, uma atitude totalmente liberta de valores como critério para obtenção da verdade e, por outro, uma situação de busca do conhecimento subjugada por escolhas ideológicas ou valorativas.

Quanto à linguagem da pesquisa, o modo de superar o dualismo quantitativo-qualitativo nas pesquisas etnográficas aceita, em circunstâncias que a favoreçam, uma voz pessoal que envolva decisões entre a afirmação absolutamente categórica e as nuances possíveis em espectros como aqueles que se definem acompanhando um raciocínio analógico, por exemplo.

Percebe-se, para finalizar, que formas tradicionais de fazer pesquisa como exercício de enfoque hegemônico, rigidamente quantitativo ou estritamente antiquantitativo, acabam por condicionar as trajetórias e resultados das pesquisas, tornando-se modelos superados para as ciências sociais. Parece evidente, pelo exposto, que a criação de múltiplas formas de realização de estudos na Ciência da Informação sugere possibilidade e motivação para metodologias criativas, permitindo aos pesquisadores se entregarem à tarefa de renovação de suas práticas de modo a atender expectativas de construções mais adequadas às possibilidades teóricas e práticas presentes.

Assim, pesquisadores têm utilizado métodos etnográficos, adotando formas inovadoras em sua prática de pesquisa, não apenas nas escolhas temáticas, mas principalmente nas trajetórias metodológicas selecionadas diante do mundo de possibilidades que cada um dos campos da ciência oferece concretamente.



Acompanhando esse processo de discussão lógica e epistemológica, como pode ser observado na literatura que a fundamenta, a metodologia, como disciplina filosófica relativamente autônoma e destinada à análise das técnicas de pesquisa empregadas em uma ou mais ciências, vem direcionando suas preocupações não apenas para as distinções entre os paradigmas qualitativo ou quantitativo, mas de modo especial para as possibilidades de complementação, especialmente ao recorrer a uma postura etnográfica, fundamentada em suas estruturas específicas e nas condições que tornam possível a sua concretização.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, G. **Le rationalisme appliqué**. Paris: Presses Universitaires de France, 1949. 216 p.

BOURDIEU, P. ; WACQUANT, L. J. D. **Réponses**: pour une anthropologie réflexive. Paris: Éds. du Seuil, 1992.

BUFREM, L. S. **Linhas e tendências metodológicas na produção discente do Mestrado em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia**: Universidade Federal do Rio de Janeiro (1972-1995). 1996. 386 fl. Tese (Professor Titular) – Departamento de Biblioteconomia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

BUSHA, C. H.; HARTER, S. P. **Research methods in Librarianship**: techniques and interpretation. New York: Academic Press, 1980. 415 p.

CASTELLS, M.; IPOLA, E. **Prática epistemológica e Ciências Sociais**. 4. ed. Porto: Afrontamento, 1982. 70 p. (Crítica e sociedade; v.1).

CAVEDON, N. R. O método etnográfico em estudos sobre a cultura organizacional: implicações positivas e negativas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 25., 2001, Campinas. **Anais...** Campinas: ANPAD, 2001. (1 CD- ROM).

CHALMERS, A. **¿Qué es esa cosa llamada ciencia?**: una valorización de la naturaleza y el estatuto de la ciencia y sus métodos. 9. ed. Madrid: Siglo veintiuno, 1991. 246 p.



COELHO NETTO, José Teixeira. **Moderno pós moderno: modos & versões**. 3. ed. São Paulo, SP: Iluminuras, 1995. 227 p.

CRESWELL, John W. **Research design: qualitative and quantitative approaches**. Thousand Oaks: SAGE, 1994. 227 p.

DOMINGUES, J. L. **O cotidiano da escola de 1º Grau: o sonho e a realidade**. Goiânia: EDUC, 1988.

FEYERABEND, P. **Contra o método**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: F. Alves, 1989. 488 p.

FOUGEYROLLAS, P. **Ciencias Sociales y Marxismo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992. 253 p.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: CAIS ANNUAL CONFERENCE, 23., 1995, Edmonton. **Connectedness: Information, Systems, People, Organizations**. Montreal: CAIS, 1995.

GADAMER, H.-G. **Verdad y método II**. 2. ed. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1994. 429 p. (Hermeneia, 34).

GOLDMANN, L. **Las ciencias humanas y la filosofía**. Buenos Aires: Galatea Nueva Vision, 1958. 120 p.

GRANGER, G.-G. **A ciência e as ciências**. São Paulo, SP: UNESP, 1994. 122 p.

HABERMAS, J. **On the logic of the social sciences**. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 1994. 220 p.

HAMMERSLEY, M. **What's wrong with ethnography?** Methodological explorations. London: Routledge, 1992. 230 p.

JAIME JUNIOR, P. Etnografia, antropologia e o universo organizacional. **Revista Brasileira de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, p. 105-121, 1996.

JAPIASSU, H. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: F. Alves, 1992. 199 p.

KUHN, T. S. **A tensão essencial**. Lisboa: Edições 70, 1977. 420 p. (Biblioteca de Filosofia Contemporânea; 10).

LADRIÈRE, Jean. **Filosofia e práxis científica**. Rio de Janeiro, RJ: F. Alves, 1978. 193 p. (Coleção Episteme).



MARTELETO, R. M. Conhecimento e sociedade: pressupostos da antropologia da informação. In: AQUINO, M. A. **O campo da Ciência da Informação**: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: Universitária, 2002. p. 101-115.

_____. Informação: elemento regulador dos sistemas, fator de mudança social ou fenômeno pós-moderno? **Ciência da Informação**, v. 16, p. 169-180, jul./dez. 1987.

MARTIN-BARBERO, J. **Oficio de cartógrafo**: travesias latinoamericanas de la comunicación en la cultura. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

NÓBREGA, N. G. **Conjugando o gerúndio**: antropologia da informação e leitura - percursos de leitor. 2002. 254 fl. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

POPPER, K. **A lógica da pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo, SP: Cultrix, 1975.

SANDY, P. R. The ethnographic paradigm(s). **Administrative Science Quarterly**, New York, s. l., v. 24, n. 4, p. 527-538, Dec. 1979.

TEIXEIRA, N. Mais um anjo barroco? Uma revisão bibliográfica em antropologia da informação a partir de levantamento de textos através da ferramenta de busca Google. **Perspect. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 156-179, set./dez. 2007.

VIDICH, A.; LYMAN, S. **Qualitative methods**: their History in Sociology and Anthropology: handbook of qualitative research. Newbury Park, CA: Sage, 2000.



Leilah Santiago Bufrem

Doutora em Ciências da Comunicação
pela Universidade de São Paulo;
Pós-Doutora pela Universidad
Autónoma de Madrid;
Professora Titular do Departamento de
Ciência e Gestão da Informação da
Universidade Federal do Paraná, Curitiba,
Paraná, Brasil
E-mail: leilah@ufpr.br

Sandra de Fátima Santos

Doutoranda em Metodologías y
Líneas de investigación en
Bibliotecología y Documentación
pela Universidad de Salamanca;
Professora Assistente da
Universidade Federal do Paraná,
Curitiba, Paraná, Brasil
E-mail: sandras@ufpr.br

Recebido em: 15/04/2009
Publicado em: 23/12/2009